

Cuba, Che Guevara e a “exportação” da Revolução pela América Latina

Carlos Batista Prado¹

Tanto na história da América Latina quanto na história mundial do século XX, a Revolução Cubana foi um fenômeno imponente, principalmente devido à natureza do seu reflexo imediato em outros países. A vitória dos barbudos de *Sierra Maestra* teve um impacto e influência enorme na história política recente da América Latina. O modelo cubano de revolução, por meio da luta armada, foi, na década de 1960, o referencial histórico para vários movimentos de esquerda em países do terceiro mundo que buscavam sua libertação do neocolonialismo.

Logo após a derrubada de Fulgêncio Batista, o novo governo cubano se empenhou em praticar uma política que almejava em última instância apoiar guerrilhas em outras nações, numa tentativa de “exportar” a revolução, principalmente para a América Latina. Che Guevara sistematizou o método da ação guerrilheira, fornecendo a base teórica da luta armada. Nesse contexto, o incentivo dos cubanos a formação de novos movimentos guerrilheiros, desencadeou uma série de conflitos, de reações da esquerda e dos setores conservadores das sociedades, principalmente dos norte-americanos. A análise dessas problemáticas constitui o objeto de estudo deste artigo.

Uma questão de sobrevivência

Já nos primeiros meses após a vitória dos guerrilheiros, Cuba se lançou na tarefa de apoiar movimentos revolucionários em outros países latino-americanos, almejava atingir também a África e a Ásia. Os cubanos davam apoio em treinamento de guerrilheiros, fornecimento de armas e até envio de soldados aos países onde as guerrilhas estavam brotando:

“Desde os primeiros dias do triunfo revolucionário, no clima entusiasmado de Havana, se formavam

grupos de cubanos, juntos com gente de outras nacionalidades, dispostos a lutar contra a ditadura no continente, como as da República Dominicana, Nicarágua, Haiti. Não eram iniciativas oficiais, nem incentivadas pelo novo governo, mas o povo cubano sentia a luta dos outros povos como continuidade natural e parte integrante da sua luta. (...) Assim, a solidariedade internacionalista foi desde o início, um compromisso essencial da consciência política e ideológica do povo cubano no processo revolucionário”.²

Num primeiro momento não era ainda uma iniciativa própria e estratégica do novo governo da ilha. Os vínculos internacionalistas entre os cubanos e outras nações latinas já existiam desde o período de luta contra a dominação espanhola. A independência colonial de Cuba sempre caminhou estreitamente ligada à luta no Haiti e em Porto Rico. Esses laços sempre estiveram presentes e durante a luta revolucionária, mais precisamente em 1955, quando Fidel Castro estava no exílio e o Movimento 26 de Julho estava se reorganizando, vários grupos de diferentes países foram solidários a causa da libertação de Cuba, entre eles, mexicanos e até norte-americanos.

A questão do apoio à guerrilha em outros países, passou a ocupar cada vez mais destaque entre os líderes da Revolução. “Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da *exportação da revolução* para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba”.³ A “exportação” da revolução

¹ Professor de História.

² SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 82.

³ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 14.

era uma necessidade para a manutenção do regime na ilha. Afinal, na década de 1960, o governo cubano passava por dificuldades políticas, sociais e econômicas. Isso se deve ao fato de que nesse período todos os países latino-americanos sofriram uma sucessiva escalada de golpes militares, orquestrados pelos norte-americanos. Salvo o México, todos os outros países latino-americanos, influenciados pela política hegemônica dos Estados Unidos, romperam relações diplomáticas com a ilha.

Cuba não estava apenas bloqueada pelo vizinho imperialista do norte, mas também estava isolada politicamente e economicamente por todo o continente. E é nesse sentido que a revolução precisaria triunfar em outros países. A manutenção da revolução cubana estava estreitamente vinculada e dependia da luta em outras nações do ocidente, para assim romperem com o isolamento político e com a dependência total aos soviéticos. É dentro dessas perspectivas que o governo cubano lançou o *Projeto Andino*, expresso na máxima de Fidel Castro: “A cordilheira dos Andes se tornará a *Sierra Maestra* da América...”⁴

O impacto da revolução cubana na América Latina

A revolução cubana ao romper com a política hegemônica norte-americana, quebrou barreiras que pareciam consolidadas e contestou determinismos políticos-geográficos. O escritor e sociólogo francês Régis Debray que esteve nas montanhas bolivianas com Che Guevara, afirma que: “Historicamente, Cuba deu a arrancada para a revolução armada na América Latina”.⁵ A vitória em Cuba, mediante a luta armada, demonstrou para a esquerda do continente uma possibilidade de destruir por meio da guerra de guerrilhas um poder ditatorial e pró-imperialista.

Sobre o impacto da revolução cubana no continente, Che Guevara ressaltou:

“A revolução não se limita à nação cubana, ela já alcançou a consciência da América e alertou gravemente os inimigos dos nossos povos. Por isso advertimos claramente que qualquer tentativa de agressão será repelida com as armas na mão. O exemplo de Cuba aumentou mais ainda a efervescência em toda a América Latina e em todos os países oprimidos. A revolução colocou em xeque os tiranos latino-americanos, porque são inimigos dos regimes populares, assim como as empresas

monopolistas estrangeiras. Somos um país pequeno e precisamos do apoio de todos os povos democráticos, mais particularmente da América Latina”.⁶

Nessa mesma perspectiva, Fidel Castro em recente entrevista concedida a Ignácio Ramonet declarou que: “É preciso entender que a nossa vitória de janeiro de 1959, estava longe de significar o fim dos combates armados. A traição imperialista nos obrigou a ficar a postos. Muitos dos nossos compatriotas tiveram de continuar dando a vida pela defesa da Revolução, tanto em Cuba como em outras terras do mundo, cumprindo seus deveres sagrados.”⁷

A revolução cubana e sua posterior declaração de regime socialista, não surpreenderam apenas o governo dos Estados Unidos, mas também todos os movimentos e partidos da esquerda latino-americana:

“Já a Revolução Cubana (...) pôde estender sua influência para além dos marcos estritos da esquerda tradicional – em particular dos PCs – e, mesmo sem contar com instrumentos orgânicos como as Internacionais, teve efeitos concretos mais profundos e duradouros sobre o continente latino-americano, maiores, em termos relativos, do que os da Revolução Russa sobre a Europa. Justamente pela radiação de seus efeitos em múltiplas direções, é difícil delimitar precisamente sua extensão e dimensões, mas pode-se dizer que nenhum país do continente passou incólume pelo surgimento da Revolução Cubana, e provavelmente a história das esquerdas de cada país tenha nele um marco decisivo em sua trajetória”.⁸

O governo cubano empenhado em consolidar o movimento guerrilheiro como estratégia de libertação do continente, organizou três encontros importantes. O primeiro foi chamado de *Segunda declaração de Havana*, ocorreu em fevereiro de 1962, no período entre a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, e a crise dos mísseis, em outubro do ano seguinte. Esse evento é importante, pois ocorre num período de definições e seu advento marcou a opção de Cuba pela “exportação” da revolução. O encontro contou com a presença de vários líderes de movimentos sociais latino-americanos. A *Segunda declaração de Havana* foi um chamado aos movimentos de esquerda do continente a optarem pela luta armada, era hora de se posicionarem claramente frente ao opressor e a guerra de guerrilhas era a estratégia de luta a ser seguida.

⁴ CASTRO, Fidel. apud SADER, Eder (Org.): *Che Guevara: Política*. São Paulo: Ática, 1981, p. 56.

⁵ DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1980, p. 11.

⁶ GUEVARA, Che. Apud SADER, Eder (Org.): *Che Guevara: Política* op. cit., p. 80.

⁷ RAMONET, Ignácio. *Fidel Castro: Biografia a duas vozes*. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 283.

⁸ SADER, Emir. Cuba no Brasil: Influência da Revolução Cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *História do marxismo no Brasil: O impacto das revoluções*. São Paulo: Paz e terra, 1991. vol. 1, p. 161.

O segundo ocorreu em janeiro de 1966, Havana foi à anfitriã da *Tricontinental*, uma conferência que reuniu 743 delegados da América Latina, África e Ásia e ainda contou a presença de observadores russos e chineses. A problemática em pauta foi à unificação dos povos dos três continentes pela libertação frente ao imperialismo. Na abertura do encontro foi feita a leitura de uma carta de Che Guevara, que nesse momento em questão, já havia deixado suas responsabilidades com o governo cubano e lutava no Congo, no continente africano. O texto de Che, intitulado, “Mensagem aos povos do mundo através da Tricontinental”, ressaltava as condições favoráveis à luta armada nos três continentes e o exemplo do povo vietnamita, na luta contra a exploração imperialista norte-americana. Eis duas passagens:

“Os povos dos três continentes observam e aprendem sua lição no Vietnã. (...) não temer a guerra é a resposta justa. Atacar dura e ininterruptamente em cada ponto de confrontação deve ser tática geral dos povos.”⁹

“O elemento fundamental dessa finalidade estratégica será, então, a libertação real dos povos; libertação que se realizará através da luta armada, na maioria dos casos, e que terá, na América, quase que indefectivelmente, a propriedade de se converter em uma revolução socialista.”¹⁰

Essas duas citações de Che Guevara deixam evidentes as discussões da agenda do encontro e seus objetivos. Seguindo a mesma orientação, o terceiro evento foi a *Organização Latino-Americana de Solidariedade*. Este ocorreu no ano seguinte, entre 31 de julho e 10 de Agosto. “A Olas se reuniu sob o lema ‘O dever de todo revolucionário é fazer a revolução’, que já continha em si uma crítica aberta aos partidos comunistas latino-americanos e outras formas reformistas.”¹¹ Era uma censura aos revolucionários que adotavam práticas e métodos burocráticos ou economicistas que tinham como resultado frear e adiar constantemente o clímax revolucionário.

As teses da III Internacional colocavam em destaque o papel que os comunistas teriam na vanguarda do processo revolucionário, organização da classe operária e derrubada da burguesia. No entanto, “a burocratização da III Internacional sob Stalin desvirtuou essa tática para a chamada ‘revolução em duas etapas’, colocando as forças do

proletariado como auxiliares de pretensas burguesias progressistas e nacionalistas em ruptura como imperialismo. Somente numa segunda etapa, quando estivesse consumada a revolução democrática e nacional, os comunistas poderiam avançar as bandeiras da revolução socialista.”¹² Contrapondo essa tese, a palavra de ordem que emanava de Cuba pela América Latina, indicava que era hora de uma verdadeira ação revolucionária. A sigla Olas, em espanhol significa “ondas”. Nessa perspectiva, ela expressa o seu anseio maior, ou seja, a organização pretendia banhar a América com a Revolução.

A experiência cubana deu novo impulso à luta de classes na América Latina, sua influência transcendeu aos partidos comunistas de orientação soviética, e foi seguida por vários militantes de esquerda em diversos países. Um dos movimentos que aderiram à luta armada camponesa foi o Trotskista. O SU (Secretariado Unificado da IV Internacional) na década de 1970, sobretudo, a partir do seu IX Congresso, em 1969, impressionado e influenciado pela experiência cubana e pela guerrilha vietnamita, negou o *Programa de Transição* (1938) de Trotsky e passou a apoiar a guerrilha camponesa: “A mais significativa e bem sucedida experiência guerrilheira dos trotskistas foi a do PRT-Santucho que criou o ERP na Argentina”.¹³

Nesse ínterim, a experiência da luta cubana se tornou o novo paradigma revolucionário. Para muitos movimentos que lutavam contra a manutenção da ordem estabelecida, Cuba era um exemplo a ser seguido. Assim, recebeu de seus adeptos latino-americanos, o título de “primeiro território livre da América”. Como resultado das ações do governo cubano em meados da década de 1960, surgiram ações guerrilheiras em quase todos os países da América Latina. Nesse período, Cuba teria treinado de 2.000 a 3.000 guerrilheiros. Os focos da luta armada surgiram na Venezuela, Guatemala, Peru, Colômbia, Bolívia, El Salvador, Uruguai, Brasil, Argentina e na Nicarágua com os sandinistas.

No Brasil, por exemplo, o governo cubano apoiou os movimentos guerrilheiros em três momentos diferentes. Primeiramente, num período anterior ao golpe militar de 1964, Cuba estabeleceu contato com importantes dirigentes das Ligas Camponesas. Num segundo momento, após a tomada do poder pelos militares, os cubanos mantiveram relações com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), grupo liderado por Leonel

⁹ GUEVARA, Che. *Socialismo e juventude*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005, p. 97 – 98.

¹⁰ Idem. p. 103.

¹¹ SADER, Emir. *Cuba: um socialismo em construção*, op. cit., p. 83.

¹² ANDRADE, Everaldo de Oliveira. O debate sobre a construção do Estado

socialista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.) *Revolução cubana: Histórias e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 114.

¹³ BENOIT, Hector. Sobre o desenvolvimento (dialético) do programa. Crítica Marxista, São Paulo: Xamã, 1997, n. 4, p. 40 - 41

Brizola e composto por militares expulsos das Forças Armadas Brasileiras. Adeptos da teoria do “foco guerrilheiro”, o grupo montou uma ação guerrilheira na serra da Caparaó, que acabou sendo dizimada pela Polícia Militar de Minas Gerais. E por fim, a ilha apoiou a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo liderado por Carlos Marighela, que havia participado da Conferência da Olas.

O impacto da Revolução Cubana se distinguiu essencialmente devido ao rompimento com as estratégias definidas pelos partidos comunistas. E todas essas práticas do governo cubano não garantiram a adesão desses partidos ao *Projeto Andino*. Segundo Ayerbe: “A opção pela violência revolucionária não era consensual na esquerda latino-americana. Entre os críticos, destacavam-se os partidos comunistas vinculados à União Soviética, que viam a experiência de Cuba como expressão de uma realidade nacional específica.”¹⁴ Os soviéticos e os partidos comunistas latino-americanos não apoiaram a revolução armada. Nikita Kruchev acreditava que o socialismo venceria o capitalismo devido sua superioridade econômica. Os membros dos partidos comunistas que aderiram à luta armada eram minoritários. Dessa forma, os movimentos guerrilheiros que surgiram recrutavam homens em outros partidos de esquerda, em movimentos estudantis e até jovens sem experiência política.

Che Guevara e a teoria do “foco guerrilheiro”

Toda a mobilização da esquerda latino-americana pela luta armada teve como pano de fundo uma teoria que apontava os fundamentos essenciais dessa estratégia de luta. Che Guevara foi principal teórico da guerra de guerrilhas. Desde a vitória da revolução em Cuba, Che se preocupou em sistematizar a experiência guerrilheira cubana, numa tentativa de teorizar para generalizar a luta armada pela América. Cabe aqui uma citação de Guevara que expressa bem seus objetivos nesse momento em questão: “Encontrar as bases em que se apóia este tipo de luta, as regras a seguir pelos povos que buscam sua libertação; teorizar o fato, estruturar e generalizar esta experiência para o aproveitamento de outros, é a nossa tarefa no momento”.¹⁵

No período de 1959 a 1967, partindo da análise da experiência de luta armada em *Sierra Maestra*, Che escreveu constantemente sobre as guerrilhas e seus fundamentos. “A Guerra de Guerrilhas” (1960) é seu texto mais importante. Trata-se de um manual de orientação prática para os guerrilheiros, esse livro se

destaca por que observa minuciosamente detalhes de organização interna de uma guerrilha.

Guevara dividiu o texto em três partes. O primeiro capítulo intitulado, “Princípio gerais da luta guerrilheira”, aborda a essência dessa luta, estratégia, guerra em terrenos favoráveis e desfavoráveis e a guerra suburbana. Na segunda parte, “A guerrilha”, o texto leva em conta o guerrilheiro como formador social e combatente, princípio, desenvolvimento e fim de uma guerra de guerrilhas. No último capítulo, “Organização da frente guerrilheira”, Che escreve sobre suprimentos, organização civil, papel da mulher, saúde, sabotagem, indústria de guerra, propaganda, informação, treinamento de doutrinação e organização estrutural.

Sobre a característica de generalização da experiência cubana, numa abordagem geral, Che Guevara se preocupou em apontar três contribuições fundamentais para os movimentos de guerrilha na América latina:

- “1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.
- 2) Nem sempre há que se esperar que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
- 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.”¹⁶

Essa passagem expressa em síntese os elementos centrais da teoria do “foco guerrilheiro”. Suas observações são em um conjunto, uma crítica e uma reação à imobilidade e conformismo político dos partidos comunistas latino-americanos, que com métodos burocráticos se afastavam da luta e viviam numa permanente espera das condições objetivas para a revolução. Para Che não se tratava de esperar o clímax revolucionário, as condições objetivas deveriam ser forjadas por meio da atuação dos guerrilheiros junto à população camponesa.

Mediante a análise dos textos militares de Che, podemos observar que em sua concepção a “guerrilha não é um complemento, mas sim o eixo da estratégia de poder, porque é dela que deve surgir um exército popular. Por isso, seu terreno natural é o campo e sua relação com o campesinato.”¹⁷ Che elucidou que o grande trunfo da guerrilha estava no cerne de seus procedimentos políticos, ou seja, no papel desempenhado pelos guerrilheiros junto aos camponeses. “É importante destacar que a luta guerrilheira é uma luta de massas, é uma luta popular: a guerrilha, como núcleo armado, é a vanguarda

¹⁴ AYERBE, Luiz Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004, p.17.

¹⁵ GUEVARA, Che. *A guerra de guerrilhas*. 2. ed. São Paulo: Edições

Populares, 1982. p. 15.

¹⁶ Idem. p. 13.

¹⁷ SADER, Eder (Org.): *Che Guevara: Política*, op. cit., p. 23.

combatente do mesmo, sua grande força reside na massa da população.”¹⁸ Sem o apoio do povo, a guerrilha não tem condições de transformar-se em uma guerra regular e derrotar o exército opressor.

Portanto, Che se preocupa que os guerrilheiros incorporem à luta armada, o fator social dos trabalhadores que, em sua concepção, não era outra senão a reforma agrária. Michel Löwy observou que: “Por este papel, em relação à consciência das massas populares, a guerrilha atua como um agente catalisador, (...) Desempenha, assim, papel político decisivo não apenas na região diretamente atingida pelas suas ações, mas também em toda a nação (ou continente!)”¹⁹

Guevara ainda salienta que às atitudes dos revolucionários, junto à população são fundamentais para incorporação do camponês à luta armada. Os guerrilheiros devem pagar por tudo que for fornecido pela população local, nunca devem se julgar superiores ou diferentes da massa, jamais agir de forma violenta em relação às famílias camponesas e sempre zelar pela justiça social.

Para Che Guevara, “Está bem estabelecido que a guerra de guerrilhas é uma fase da guerra que não tem por si oportunidades de chegar ao triunfo. É ainda uma das fases primárias da guerra e se irá desenvolvendo e progredindo até que o Exército guerrilheiro, em seu crescimento constante, adquira as características de um Exército Regular.”²⁰ Dentro desta perspectiva, outra condição política necessária para a vitória é que a luta armada adquira proporções de uma guerra civil, e alcance todo território do país. A guerrilha é apenas o primeiro momento da guerra, ela precisa expandir, fundir-se com outros grupos, para assim, romper o isolamento político e então, ser capaz de derrubar um governo e estabelecer um novo.

Analizando sistematicamente o livro, *Guerra de Guerrilhas*, Eder Sader, observou:

“No plano mesmo do livro não é muito claro: volta freqüentemente a aspectos já tratados, passa de um assunto para outro e mistura níveis diferentes numa só passagem. É como se ele estivesse falando a um grupo de revolucionários dispostos a aplicar as lições da experiência cubana, para transmitir-lhes cuidadosamente em cada detalhe, da importância do calçado para as caminhadas na selva à distribuição igualitária da comida, até as leis gerais da ação militar. Mas, se é rigorosa a transmissão do conhecimento técnico dos detalhes militares, o próprio descuido acerca das condições de

generalização da experiência cubana já trazem raízes de fragilidade maior. E a produção que segue essa linha é sempre grandemente devedora da capacidade de generalização das experiências cubanas.”²¹

As críticas de Eder Sader elucidam em princípio que o livro de Che falhou na discussão mais importante, que trata da capacidade e das condições de generalização da guerra de guerrilhas. E acabou se preocupando fundamentalmente em detalhes minuciosos da organização técnica e militar da guerrilha. E sobre as condições de luta armada na América Latina, expostas por Guevara, Eder Sader escreveu que: “A análise das condições gerais – sócio-econômicas - do continente é relativamente simples. Guevara retoma vários estudos contemporâneos sobre as heranças coloniais no campo sob a forma do latifúndio, sobre o significado da dominação econômica do imperialismo, sobre os limites da industrialização. A dependência econômica e a miséria das grandes massas são reproduzidas graças a sistemas de poder que reúnem os grandes proprietários rurais e uma burguesia industrial, associados ao imperialismo estrangeiro.”²² A teoria do “foco guerrilheiro” foi construída sobre uma análise precária das condições políticas, econômicas e sociais da América Latina. Nesse sentido, no calor dos acontecimentos Che Guevara deu pouca ênfase as conjunturas e particularidades de cada país.

Jorge Castañeda também critica as condições de generalização da luta armada: “O Che descreve de maneira insuficiente e em parte falsa o que ocorreu em Cuba; extrapola indevidamente para outras regiões os supostos ensinamentos e ignora o ponto central: o que se acontece uma vez raramente pode se repetir.”²³ E Denise Rollemberg acrescenta: “os revolucionários passaram a contar a história da vitória de tal maneira que construíram um dos maiores mitos da esquerda latino-americana dos anos 1960: o do foco guerrilheiro.”²⁴ As condições de luta do campesinato nos países latinos não eram as mesmas que os guerrilheiros cubanos encontraram em Sierra Maestra e não poderiam ser baseadas apenas na experiência da ilha caribenha.

Aproximadamente quarenta anos depois, Fidel Castro fez uma autocrítica e sobre a política de “exportação da revolução” concluiu que: “É claro que queríamos a Revolução, a desejávamos, por doutrina, por crença; mas respeitávamos o direito internacional.

¹⁸ GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*, op. cit., p. 15.

¹⁹ LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. 5 ed. Expressão Popular: São Paulo, 2003, p.124.

²⁰ GUEVARA, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*, op. cit., p. 18.

²¹ SADER, Eder (Org.). *Che Guevara: Política*, op. cit., p. 19 – 20.

²² Idem. p. 21- 22.

²³ CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 184.

²⁴ ROLLEMBERG, op. cit., p. 14.

E digo ainda que a Revolução não podia ser exportada, porque ninguém pode exportar as condições que possibilitam uma revolução. Sempre partimos desse critério e continuamos pensando assim.”²⁵ A declaração de Fidel é completamente contraditória aos fatos. Como respeitavam o direito internacional se forneciam treinamento, soldados e até dinheiro aos movimentos guerrilheiros de outros países? A afirmação de que sempre partiram da concepção que a revolução “não podia ser exportada”, contradiz as ações realizadas pelo governo cubano.

As críticas desses autores são válidas e devem ser levadas em consideração. No entanto, elas não tocam em uma questão central. A teoria do “foco guerrilheiro” nega ou se esquece de uma premissa fundamental da revolução socialista mundial, expressa claramente por Marx, em *O manifesto do partido comunista*: “De todas as classes que hoje se opõem a burguesia, apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais classes vão se arruinando e por fim desaparecem com a grande indústria; o proletariado é o seu produto mais autêntico.”²⁶ Na contra mão da teoria de Marx, a guerra de guerrilhas de Guevara, apresenta o camponês como o verdadeiro agente revolucionário. Falha teórica irremediável. Pois, Marx descreve o camponês como “massa de produtores não envolvidos diretamente na luta entre capital e trabalho”,²⁷

Por que Che Guevara deslocou a luta revolucionária na América Latina para o campo? Isso ocorreu porque Guevara compartilhava da teoria de que os países latino-americanos são “subdesenvolvidos”. Essa dogmática do atraso “colonial”, “semicolonial”, e “feudal” da América Latina foi produzida pelos partidos comunistas burocratizados. O desenvolvimento desse dogma se deu essencialmente no VI Congresso da III Internacional Comunista realizado em 1928. As teses desse congresso estabeleciam que os países “subdesenvolvidos”, no qual incluíam a América Latina, precisavam viver uma longa etapa de desenvolvimento capitalista para, somente depois desse processo, pensar uma revolução socialista. É importante destacarmos que, se por um lado, Guevara rompe com a idéia da revolução como tarefa futura e a coloca na ordem do dia, como objetivo imediato, por outro, ele adere ao dogma da América Latina como “atrasada”.

Mas afinal, o que é um país “atrasado”, “subdesenvolvido” de acordo com Marx? Do ponto

de vista marxiano, trata-se de um país que conserva relações de um modo de produção anterior, ou seja, se caracteriza pela sobrevivência de “relações pré-capitalistas” de produção. Evidentemente, não é o caso da América Latina. Marx pensou a América como totalidade histórica e, de acordo com a teoria da história universal, nos países latino-americanos, as relações de produção tidas como pré-capitalistas, como por exemplo o trabalho escravo, eram na verdade, relações capitalistas de produção “encobertas” e, assim, fortes mecanismos de acumulação primitiva que integrados ao mercado mundial, preparavam o capitalismo industrial. Além disso, já no século XIX, nos principais centros da América Latina já existia um considerável setor de trabalhadores assalariados.²⁸

O dogma do “subdesenvolvimento” latino-americano enfatiza a “ausência de uma classe proletária”, quer dizer, de trabalhadores assalariados. Guevara adere a essa concepção e por isso, a teoria do “foco guerrilheiro” abandona a premissa de que a libertação da classe trabalhadora é obra da própria classe trabalhadora. Ao elucidar que apenas o camponês armado é capaz de trilhar o caminho até o poder, Che não leva em conta que o proletariado é a única “classe verdadeiramente revolucionária”, porque é o verdadeiro produto da contradição capital-trabalho. Ao desprezar a classe operária reunida nos centros urbanos latino-americanos, Guevara deixa de lado a tese de que a revolução socialista, ou seja, a emancipação dos trabalhadores, parte da organização e conscientização da própria classe trabalhadora. Além disso, essa teoria também não levou em consideração a possibilidade de uma revolução proletária nos Estados Unidos (centro do Capital mundial) ou no Canadá. Não considerando a organização da classe trabalhadora nos países mais industrializados, onde ela é mais importante.

A reação norte-americana

Em contrapartida à ofensiva armada orquestrada pelos cubanos, os Estados Unidos organizaram a reação. E esse é outro aspecto importante para entender o malogro dos movimentos guerrilheiros que pretendiam seguir o exemplo cubano.

Em agosto de 1962, num encontro em Punta del Leste, no Uruguai, o presidente John Kennedy lançou o projeto *Aliança para o Progresso*. Que consistia na alternativa norte-americana à via armada incentivada pela ilha. O programa propunha a execução de amplas

²⁵ RAMONET, op. cit., p. 271.

²⁶ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 55.

²⁷ MARX, Karl. O que foi a Comuna de Paris? In: COGGIOLA, Osvaldo.

(Org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 43.

²⁸ BENOIT, Hector. O programa de transição de Trotsky e a América. *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, n. 18, 2004.

reformas, entre elas; a agrária, a da educação, da saúde e fiscal. Além disso, ofereceram uma ajuda financeira de vinte bilhões de dólares a serem investidos nos países latino-americanos, entre dez e quinze anos: “O programa também prometia apoio à integração econômica, propondo a criação de uma área de livre comércio, ações emergenciais de alimentos para a paz e intercâmbio científico entre as universidades”.²⁹

O objetivo era que os países latino-americanos superassem a grave crise econômica. Afinal, países mais fortes e estáveis economicamente não se deixariam seduzir pela revolução das armas. Assim, Kennedy pretendia combater os argumentos da esquerda armada. Além disso, também pretendia implantar uma política de isolamento de Cuba, pois, a condição para receber a ajuda econômica era cortar relações com a ilha caribenha.

O combate norte-americano ao projeto cubano de apoiar revoluções não teve consequências apenas pela via política e econômica. “Na Organização das Nações Unidas (ONU), 18 países latino-americanos culpavam Cuba pela ebulição do continente. Reunidos em uma comissão, exortariam a formação de equipes de segurança, espionagem, repressão e intervenção em todos os países da América – os futuros “boinas verdes” –, e a suspensão da venda de armas e implementos militares para Cuba.”³⁰

Os Estados Unidos aliado aos governos militares que se instalaram na América Latina, organizavam a reação militar às guerrilhas que surgiam no campo e nas cidades. Na Bolívia, por exemplo, o General Gary Prado Sálmon, um dos principais responsáveis pela captura de Che Guevara, afirma que: “No caso dos Estados Unidos, a ajuda veio por meio da presença de instrutores militares e de apoio logístico, como armamentos.”³¹ A Central de Inteligência Americana (CIA), na década de 1960, esteve empenhada em fornecer treinamento aos exércitos dos países latino-americanos. Os norte-americanos forneciam instruções de enfrentamento às guerrilhas e equipamento militar de ponta para os exércitos alcançarem melhores êxitos no combate aos focos guerrilheiros.

Junto a esses aspectos, também se deve levar em conta a propaganda anticomunista organizada pelos norte-americanos que sempre se empenharam fervorosamente em disseminar pela América Latina uma propaganda, que almejava em última instância a deturpação e depreciação da sociedade cubana. Esse fator, junto ao bloqueio econômico continua presente na política dos norte-americanos em relação a Cuba, até a atualidade.

O fracasso e a reaproximação com a URSS

Em outubro de 1967, Che Guevara foi capturado e assassinado nas montanhas bolivianas. Naquele momento Che, já era um mito entre a esquerda armada latino-americana e sua morte causou um profundo impacto na crença da guerra de guerrilhas, como estratégia de luta contra as ditaduras pró-imperialistas. Che não foi o primeiro guerrilheiro morto. Muitos outros já haviam sido derrotados e vários movimentos armados em toda a América, África e Ásia já haviam sido extintos. Em suma, no final da década de 1960, o *Projeto Andino* havia fracassado.

Diante dessas circunstâncias, Cuba teve que definir novas políticas para manutenção da sua revolução:

“Em 1968, diante de uma grave crise econômica, do isolamento internacional de Cuba e da derrota das guerrilhas na América Latina, (...) Fidel buscou uma reaproximação com a URSS, simbolizada no apoio à invasão à Tchecoslováquia. Nos primeiros meses de 1969, as negociações comerciais entre os dois países já apontavam para a distensão da crise. O compromisso de pôr fim à exportação da revolução acabou se concretizando em 4 de agosto de 1970”.³²

Nessa passagem, Rollemberg resalta outro aspecto determinante para a reorientação da política cubana. A autora cita uma grave crise econômica. A Revolução Cubana estava próxima de completar 10 anos, no entanto, os problemas econômicos permaneciam enormes. A tentativa de industrialização e diversificação da economia proposta por Guevara, enquanto Ministro das Indústrias haviam fracassado. Portanto, as dificuldades não eram apenas externas, internamente a ilha sofria pressões sociais e a única alternativa naquele momento para solucionar tal crise, era a reaproximação com os soviéticos.

Para concretizar essa reaproximação política e econômica com os russos, o governo da ilha socialista teve que assumir o compromisso de não treinar guerrilheiros e nem fornecer qualquer tipo de ajuda a movimentos de luta armada na América Latina. Essa reaproximação entre cubanos e soviéticos, também teve que superar algumas divergências entre os dois países que vinham ocorrendo desde 1962, devido à “crise dos mísseis” e em consequência das várias críticas que Fidel Castro fazia à linha de atuação dos partidos comunistas latino-americanos que seguiam as orientações do Kremlin.

²⁹ AYERBE, op. cit. p. 47.

³⁰ FURIATI, Cláudia. *Fidel Castro: Uma biografia consentida*. 4 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 492.

³¹ GOMES, Saulo. *Quem matou Che Guevara*: O seu delator estava no Brasil. São Paulo: Elevação, 2002, p. 53.

³² ROLLEMBERG, op. cit, p. 17 - 18.

Superada essa crise, Cuba passou a integrar o Bloco socialista em 1972, incluindo-se ao COMECON (Mercado Comum dos Países Socialistas). Em suma, diante de pressões externas e internas, o governo cubano abandonou o projeto de “exportação” da revolução e partiu para a construção do “socialismo em um único país”, vinculados aos soviéticos.

Considerações Finais

A política de “exportação” da revolução encabeçada pelo governo cubano durante a década de 1960, fundamentada pela teoria do “foco guerrilheiro” de Guevara, foi importante no sentido em que estabeleceu uma feroz crítica a burocracia dos partidos comunistas de orientação soviética. Pois, contrapondo as teses stalinistas, Che Guevara colocou a revolução como tarefa imediata e não para ser pensada no futuro, após uma revolução nacionalista-democrática como estabelecia a III Internacional.

No entanto, a teoria do “foco guerrilheiro” enfrentou limites teóricos e, ao aderir ao dogma do “subdesenvolvimento” latino-americano e, propor o desencadeamento de uma revolução mundial, indicando o camponês como agente revolucionário, rompeu decisivamente com as premissas fundamentais do pensamento de Marx. Pensar o processo de transição do capitalismo à Revolução Socialista, substituindo a organização e a construção de um partido verdadeiramente proletário pela luta armada camponesa é resultado de um grave erro teórico, de uma equivocada compreensão histórica. Ora, o resultado dessa política não poderia ter sido diferente. E nas montanhas e selvas da América Latina, diante do isolamento político, as guerrilhas caíram uma após a outra.

Qual então, o verdadeiro significado dessa política? Segundo Denise Rollemberg: “A perspectiva de *exportar a revolução* serviu, em última instância, como um meio de importar a revolução, garanti-la no interior de suas fronteiras e não de levá-la para além delas. Diante de tais circunstâncias, o treinamento de guerrilheiros latino-americanos acabou se tornando mais importante, na verdade, para os próprios cubanos, para a sua revolução”.³³

Em síntese, o projeto cubano de “exportar” a revolução, mesmo não alcançando seus objetivos, teve função extremamente importante para o fortalecimento interno do regime cubano, pois, consolidou a revolução dentro de suas fronteiras. Em contrapartida, representou um bloqueio à organização e conscientização da classe operária, significou o

abandono da teoria da *Revolução Permanente* de Marx e Trotsky e, por fim, traduziu-se em uma conciliação com a burocracia soviética.

³³ Idem. p. 65 - 66.